



1
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 01/11/2020

No primeiro dia do mês de novembro, do ano de 2019, no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - Centro Cívico, nesta Capital, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos – COPED. Fizeram-se presentes os(as) **Conselheiros(as) Titulares Governamentais:** Rafael Osvaldo Machado Moura (MP/PR), Anderson Rodrigues Ferreira (OABPR); **Conselheiros(as) Suplentes Governamentais:** Nelson Octavio Leitão Neto (TJPR); **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Clau Lopes (APP Sindicato), José Wilson de Souza (Trilhas do Afeto), Rute Regina Alves (ACECTP), Marcel Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade), Jucimeri Isolda Silveira (CRESSPR), Edna Aparecida Sarro Siqueira (Comunidade Bom Pastor); **Conselheiros(as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Karollyne Nascimento (Transgrupo Marcela Prado), Diego Henrique da Silva Alves (Parafuso Educomunicação), Leonildo José Monteiro Filho (MNPR); **Convidados(as)/Observadores:** Marise Felix da Silva (Mães pela Diversidade); Thiago Hoshino (Ouvidoria DPPR), Isabela Perotti (Mandato Dep. Goura), Roselene Sonda (MPPR). Cumprimentando os(as) presentes, o Vice-Presidente Clau Lopes deu início à Reunião Ordinária. **1. Aprovação da Pauta:** O Conselheiro Anderson sugeriu um novo ponto de pauta com relação a um possível atentado à democracia realizado pelo deputado Eduardo Bolsonaro. Segundo o Conselheiro, o COPED poderia realizar um encaminhamento para a Câmara dos Deputados, como também para o Ministério Público Federal. O Vice-Presidente Clau propôs como ponto de pauta uma discussão acerca da eleição dos Conselheiros Municipais. Os pedidos foram contemplados. **2. Aprovação de ata:** A Conselheira Ana relatou sobre o atraso no desenvolvimento da ata de outubro, assim como dos meses de agosto e setembro motivo pelo qual não foram aprovadas nesta reunião. Também comentou que, assim que desenvolvidas as atas em atraso, elas serão enviadas previamente por e-mail para não ocupar tempo na próxima reunião. **3. Informes:** A convidada Isabella Perotti, representando o Mandato do Deputado Estadual Goura, informou acerca da aprovação do evento sobre saúde mental e direitos humanos que fora informado na reunião passada, para o qual se estabeleceu uma parceria com o COPED e a SEJUF. O evento irá acontecer no dia 18 de novembro. A Conselheira Ana iniciou



6

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

29 os informes falando da criação da pasta compartilhada no Google Drive com os Documentos do
30 COPED. O calendário das reuniões de 2020 foi apresentado e aprovado pela plenária, sendo as
31 reuniões realizadas toda primeira sexta-feira do mês. Conforme requisitado na reunião anterior,
32 o controle de faltas foi realizado e apresentado. Durante a apresentação, o Conselheiro Marcel
33 apresentou uma justificativa para ausências de junho e julho, sendo afirmado por ele que essas
34 justificativas já haviam sido discutidas em plenária. A Conselheira Rute também justificou sua
35 ausência em Junho e na reunião passada, devido a outros compromissos. A Conselheira Edna
36 justificou a ausência de junho e setembro, devido a ausência de recursos. O Conselheiro José
37 Wilson justificou uma das ausências devido a uma questão de saúde. O Conselheiro Diego
38 justificou sua ausência de setembro, pois, estava participando de um Seminário no mesmo dia.
39 Após justificar uma das ausências, a Colaboradora Roselene levantou a questão dos motivos
40 que serão aceitos como justificativas. Feita essa observação, a Conselheira Ana propôs que
41 todas as justificativas sejam enviadas por e-mail, para posteriormente serem levadas à plenária
42 e serem aceitas ou recusadas pelos(as) Conselheiros(as). O Vice-Presidente Clau levantou a
43 importância da discussão dessas ausências, pois, segundo ele, existem entidades suplentes que
44 são participativas mesmo não integrando diretamente o Conselho, enquanto algumas entidades
45 titulares não comparecem às reuniões, como também não justificam suas faltas. O Conselheiro
46 Marcel indicou como sugestão que fossem realizados encaminhamentos aos Conselheiros e
47 Conselheiras que estejam faltando, seguindo as regras do próprio Regimento. Como proposta, a
48 Conselheira Ana sugeriu que ela, juntamente com o Vice-Presidente Clau, realizassem essa
49 verificação e, posteriormente aos encaminhamentos, eles fossem apresentados em plenária. A
50 Conselheira Rute lembrou que essa requisição de levantamento dos Conselheiros e
51 Conselheiras faltantes já havia sido realizada há algumas reuniões anteriores. Finalizando a
52 discussão, a Conselheira Ana apontou que as justificativas levadas a plenário serão apenas
53 aquelas que não se enquadram dentro do Regimento Interno, para que assim, possam ser
54 discutidas pelos(as) Conselheiros(as). Dando continuidade aos informes, a Conselheira Ana
55 relatou sobre a desistência da posição de suplência da entidade Rede Pontes. Voltando às
56 justificativas, foi informado a justificativa de ausência do Conselheiro Aurélio. Com relação aos
57 informes das comissões, Ana sugeriu que fossem indicadas de acordo com cada comissão e



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

11

58 sua respectiva atribuição, o que foi aceito pelos Conselheiros e Conselheiras presentes. Quanto
59 aos ofícios atrasados, alguns dos realizados foram encaminhados a Conselheira Waleiska e já
60 aceitos por ela, enquanto outros aguardam sua checagem. Sobre a carteira de identificação
61 dos(as) Conselheiros(as), uma requisição das reuniões passadas, a Conselheira Ana
62 apresentou uma proposta em nome da Secretaria de Justiça, que sugere a criação de uma
63 credencial de identificação. O Vice-Presidente Claus se mostrou contrário a essa sugestão, pois
64 inviabilizaria possíveis situações de urgência, face à necessidade de solicitar a credencial em
65 cada evento/reunião. A Conselheira Ana comentou que não seria preciso, pois, mediante a
66 deliberação do Conselho, esta seria emitida apenas uma vez e enviada através do e-mail. O
67 Conselheiro Diego levantou que já havia sido uma realizada uma proposta para a criação de um
68 crachá de identificação. Tendo isso em vista, a Conselheira Ana falou que levaria essa ideia à
69 Secretaria, para desenvolvimento de uma proposta de design. Quanto a emissão das mesmas,
70 não será possível neste ano, pois os processos licitatórios não estão sendo realizados neste
71 período do ano. Como outra sugestão, ela apresentou que o modelo mencionado anteriormente
72 – de envio por email – seja adotado até que o crachá seja desenvolvido. Como último informe, a
73 Conselheira Ana informou sobre a necessidade das solicitações de viagens serem feitas dentro
74 do prazo, pois a Secretaria não consegue solicitar as viagens com o prazo apertado, além de
75 poder gerar inconvenientes aos(às) próprios(as) Conselheiros(as), como por exemplo não
76 conseguir sacar o dinheiro. Como prazo máximo, ficou estabelecido que a solicitação de viagem
77 seja realizado até terça-feira, pois a reunião acontece na sexta, então seriam dois dias úteis
78 anteriores à viagem. Contudo, com relação às viagens de avião, elas só serão aceitas com dez
79 dias de antecedência. As solicitações deverão ser realizadas de acordo com o formulário e,
80 qualquer eventual alteração no itinerário, deverá ser informada no relatório de viagem. Sobre as
81 prestações de contas, elas devem ser realizada em até dois dias úteis após o retorno. Como
82 sugestão, Ana indicou que no dia da reunião mesmo, o relatório de viagem será assinado e os
83 documentos possíveis já seriam entregues. O Conselheiro José Wilson mencionou que no
84 mesmo Decreto permite que os comprovantes sejam enviados via correios. Segundo ele, seria a
85 forma mais adequada de enviar, pois não seria possível estabelecer um controle rígido dessa
86 prestação de contas parcial. A Conselheira Jucimeri chamou atenção para o tempo despendido

12
13
14
15



16

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

87 com os informes, sendo que muitos deles, segundo ela, não seriam de tanta importância quanto
88 os pontos de pauta. O Conselheiro José Wilson relatou novamente sua discordância na
89 realização da prestação de contas de modo parcial. O Conselheiro Marcel requisitou um manual
90 sobre a solicitação de viagens, como também da prestação de contas, o que foi informado pela
91 Conselheira Ana já ter sido enviado aos(às) Conselheiros(as). A Conselheira Jucimeri sugeriu
92 que uma Comissão fosse composta pelos(as) Conselheiros(as) mais afetados pelas questões
93 tocantes a viagens, para que possa deliberar uma sugestão ao Secretário do melhor modo
94 dessas questões serem realizadas. O Conselheiro Anderson pontuou sobre uma questão
95 conversada anteriormente, no tocante às faltas dos representantes das pastas governamentais.
96 Segundo ele, foi requisitado em Abril que os Secretários de cada pasta fossem oficiados,
97 relatando sobre a ausência de seus representantes e pedindo novas nomeações. O Conselheiro
98 José Wilson sugeriu que o assunto das viagens fosse discutido na próxima reunião, como um
99 ponto de pauta. Finalizando os informes, o Conselheiro Marcel relatou sobre as Reintegrações
100 de Posse que o COPED acompanharia, conforme deliberado em reunião de Outubro. Segundo o
101 Conselheiro, em contato com Claudio Oliveira (coordenador de direitos humanos do MST -
102 Movimento Sem Terra), eles estão sofrendo ameaças de Reintegração de Posse pelo Estado do
103 Paraná, tendo inclusive suas áreas sobrevoadas por helicópteros policiais. Já foram realizados
104 oito despejos e o Estado não está dando as condições necessárias para essas famílias.
105 Continuando seus informes, o Conselheiro Marcel relatou sobre uma reunião realizada em 17 e
106 18 de Outubro, que contou com a presença do CNDH (Comissão Nacional de Direitos
107 Humanos), a reunião era com relação à população em situação de rua. O Conselheiro Marcel
108 também informou sobre o 1º Congresso Internacional LGBTI que acontecerá em novembro.
109 Finalizando os informes, Roselene comunicou sobre o Seminário de Direitos Humanos, um
110 evento promovido anualmente pelo Ministério Público. **4. Planejamento:** O Conselheiro Diego
111 sugeriu que fosse criado uma espécie de cronograma/ planejamento construído em conjunto
112 com os(as) membros(as) do COPED; sendo assim, o Conselho teria as respectivas atribuições
113 para definir: quem são os(as) que irão se mobilizar e em torno de quais das ações, bem como
114 quais serão as metas apontadas a serem desenvolvidas já em 2020, por exemplo. O Vice-
115 Presidente Clau sugeriu que fosse realizada uma reunião extraordinária no dia 19 de novembro,

17
18
19
20



COPEDH/PR

Conselho Permanente de
Direitos Humanos do Paraná

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

21

116 aproveitando a vinda dos Conselheiros e Conselheiras no Seminário do dia 18. Assim, nesta
117 reunião, será possível desenvolver e atribuir responsabilidades face ao planejamento. Dando
118 seguimento à ideia do Vice-Presidente Clau, o Conselheiro Marcel sugeriu que fosse criado um
119 Grupo de Trabalho para auxiliar o Conselheiro Diego neste planejamento. o Vice-Presidente se
120 colocou à disposição para participar do Grupo de Trabalho. Quanto à reunião extraordinária, a
121 Conselheira Ana informou sobre cortes de gastos que vêm sendo realizados, portanto, o ofício
122 com a deliberação será enviado para a Secretaria que irá verificar a possibilidade. O Conselheiro
123 José Wilson frisou que, como a viagem do Seminário seria aprovada, não teria motivo para uma
124 recusa desta reunião extraordinária. A Conselheira Ana reiterou os requisitos da prestação de
125 contas para que seja possível a realização da reunião extraordinária. Ainda sobre o Seminário e
126 a reunião extraordinária, o Vice-Presidente Clau informou que tudo isso havia sido debatido em
127 reunião anterior e faz parte do calendário do COPED, não compreendendo uma possível
128 negativa na realização da reunião. Sobre a recusa, a Conselheira Ana informou sobre a
129 possibilidade da Central de Viagens recusar devido a ausência de recursos, tendo em vista que
130 existe um limite de gastos por este setor. O Vice-Presidente Clau reiterou a questão da presença
131 do Secretário Ney Leprevost em próxima reunião. O Conselheiro Diego sugeriu que, dada a
132 possibilidade de recusa do financiamento/ custeio de diária e passagem para a participação de
133 conselheiros(as) em reunião extraordinária do COPED para construir seu planejamento
134 estratégico, já seja mencionada a proposta de realização de um possível remanejamento de
135 recursos da SEJUF, a constar no ofício de requisição de realização da assembleia
136 extraordinária. Segundo ele, é interessante, além de requisitar-se a reunião extraordinária, já
137 propor uma solução a uma possível recusa. . A realização da reunião extraordinária restou
138 aprovada. **5. Segurança Pública (incluí diversos pontos de pauta):** Os próximos pontos de
139 pauta que são relacionados ao sistema penitenciário, foram enviados pelo ex-Conselheiro Carlos
140 que não estava presente. A Conselheira Karollyne, sendo a única representante da Comissão
141 que está atrelada a essa pauta, indica que todos esses pontos haviam sido postos em discussão
142 na reunião passada. Porém, o ex-Conselho ainda está à espera das visitas às penitenciárias no
143 Estado do Paraná. Ela também pontuou sobre a impossibilidade do desenvolvimento do protoco
144 (um dos pontos de pauta), sendo que nem as visitas estão sendo possíveis. A Conselheira Rute

22
23
24
25



145 falou da necessidade da criação do protocolo, pois o COPED precisa ter uma noção mínima de
146 atendimentos emergenciais, como por exemplo, quem atenderá em cada região. A Conselheira
147 Ana indicou que o protocolo não parece se restringir unicamente ao sistema carcerário, mas que
148 é destinado a toda e qualquer denúncia recebida pelo Conselho. O Conselheiro Rafael frisou
149 sobre a diferença dos pontos de pauta que estavam sendo discutidos concomitantemente,
150 segundo ele, os temas são diferentes: **Situação de mortos em conflitos com agentes de**
151 **segurança do Estado e o Situação de mortos em conflitos com agentes de segurança do Estado**,
152 apesar de eles dialogarem, devem ser tratados separadamente. Dando continuidade ao
153 comentário, o Conselheiro informou que o Conselho Nacional do Ministério Público alterou a
154 resolução que investiga esses tipos de casos (de confronto), determinando que o(a) Promotor(a)
155 de Justiça, durante a investigação, receba familiares das vítimas e, após diálogo com elas,
156 buscando por provas, só recuse os testemunhos com fundamentação. As resoluções são: 129 e
157 181. Um outro ponto importante, é que as famílias precisam ser notificadas sobre o andamento
158 do caso (como por exemplo, arquivamento), o que não acontecia anteriormente. Como sugestão
159 do Conselheiro, o COPED poderia enviar um ofício ao Ministério Público, questionando como se
160 dará a aplicação destas resoluções e quais medidas estão sendo adotadas. O Ofício poderia
161 também ser enviado à Corregedoria e para a Procuradoria Geral. O Conselheiro Rafael
162 continuou sua fala, agora sugerindo que o COPED oficiasse o Tribunal de Justiça,
163 demonstrando um apoio institucional e sugerindo que os mutirões realizados por este órgão
164 (GMF/PR - Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário) dentro do sistema
165 carcerário paranaense, fosse mantido, além de ser ampliado. O Conselheiro Nelson relatou que
166 o GMF é vinculado à Presidência do TJ e realiza o acompanhamento do sistema carcerário
167 paranaense junto ao Departamento Penitenciário, sendo responsável pela gestão deste sistema.
168 Reiterou a sugestão realizada pelo Conselheiro Rafael anteriormente. O Conselheiro Anderson,
169 retomou uma deliberação do Conselho, que requisitava para a SESP a permissão deste
170 Conselho para acessar o BI (Business Intelligence) com as informações relacionados ao sistema
171 prisional. Portanto, **foi deliberado o envio de um novo ofício reiterando este pedido**. A
172 Conselheira Rute relatou sobre as condições das prisões de Alto Paraná e Nova Esperança,
173 ambas, com problema de superlotação. Segundo informou, semanalmente estão ocorrendo



COPEDH/PR

Conselho Permanente de
Direitos Humanos do Paraná

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

31

174 casos de fugas destas prisões, que são relacionadas também às transferências. Após a fala da
175 Conselheira, o Vice-Presidente Clau sugeriu que esses demais pontos e o restante da discussão
176 sobre o sistema penitenciário paraense, fosse discutido nas reuniões de comissões e, após elas,
177 o pleno votaria para aprovar, ou não, as deliberações lá discutidas. A proposta foi aprovada. **6.**
178 **Educação (Mães pela Diversidade/Violência contra LGBTIs nas escolas):** O Vice-Presidente
179 Clau iniciou o ponto de pauta cumprimentando e agradecendo a presença da convidada Marise.
180 O mesmo informou que se trata de um assunto a ser debatido também nas Comissões, mas
181 seria importante seu debate e explicação com a presença da convidada. A convidada Marise
182 iniciou sua fala explicando sobre a organização “Mães pela Diversidade”, que existe em todo o
183 Brasil, atuando em diversas instâncias no tocante à educação. Marise comentou que sua
184 atuação se dá diretamente dentro das escolas, pois, por ter sido professora da rede pública, tem
185 uma abertura maior para promover ações. Como apontou, todas as mães deste projeto são
186 mães de pessoas LGBT. Ela frisou a importância de se verificar os casos de homo-transfobia
187 nas escolas, pois muitos são tidos genericamente como bullying. Marise acompanha casos de
188 perto, pois são preconceitos e violências específicas praticados contra essa população. Também
189 ressaltou a necessidade de as falas da organização serem realizadas nas escolas, tendo em
190 vista a resistência que ainda ocorre com a população LGBT. Dois casos de violência ocorridos
191 em escolas serão discutidos na reunião das Comissões no período da tarde. A convidada Marise
192 levantou a questão: as escolas têm realizado alguma ação para conter a violência? O que a
193 Secretaria de Educação vem fazendo com relação a esta constante violência? Ainda com
194 relação à situação escolar, Marise mencionou a lotação das salas de aula que impossibilitam um
195 ensino de qualidade. Complementando a fala da convidada Marise, o Vice-Presidente Clau
196 destacou o “congelamento” dos debates com esta temática, além do abandono das instruções e
197 formações continuadas que estão relacionadas à diversidade. Lembrou que no tempo em que
198 foi aluno da rede pública de ensino, esses debates que eram realizados foram de suma
199 importância para a escola. Comentando sobre nossa atual conjuntura política, frisou o retrocesso
200 com relação a essas debates, que inclusive tem calado diversos professores, impedindo-os de
201 se manifestar. Segundo ele, é imprescindível a mediação entre o Conselho e a Secretaria de
202 Educação na busca pela retomada dessas discussões. A Convidada Marise expôs a situação de

32

33

34

35



203 uma escola estadual em Almirante Tamandaré, que possui turmas segregadas entre meninos e
204 meninas. Essa escola funciona dessa maneira há muitos anos. O caso, mesmo denunciado, não
205 foi averiguado. O Vice-Presidente Clau reiterou a urgência no contato com os(as)
206 professores(as), pois eles(as) se demonstram amedrontados e se calam diante desse cenário.
207 Falando das alunas trans, ele menciona que muitas estão sendo “expulsas” das escolas,
208 expulsas no sentido do sistema escolar não possibilitar um ensino de qualidade, além de, não
209 acolherem essas alunas, não aceitam a pluralidade. O Conselheiro Marcel comentou sobre a
210 grande dificuldade em ter um ambiente educacional inclusivo, que está relacionado a diversos
211 motivos como, por exemplo, a falta de capacitação de professores e funcionários; uma política
212 de estado efetiva, que viabilize um canal de denúncias e acompanhamentos. Relembrando uma
213 pesquisa feita pelo Grupo Dignidade (em 2016) sobre o ambiente educacional LGBT, que ouviu
214 1.016 estudantes pelo Brasil, exibindo dados alarmantes: mais de 60% dos(as) alunos(as)
215 LGBTI se sentiam inseguros(as), sendo 66% destes alunos(as) agredidos(as) verbalmente
216 durante o período e 33% agredidos(as) fisicamente; 36% dos(as) alunos(as) consideram ineficaz
217 as respostas dadas pelos profissionais para impedir as agressões e 33% nenhum membro da
218 família foi procurado(a) por pela equipe para acompanhar a situação. Como proposta de
219 encaminhamento, o Conselheiro Marcel sugeriu que fosse desenvolvida uma proposta de
220 recomendação ao Governo do Estado, podendo ser realizado um diálogo com o Conselho
221 Estadual de Educação, para que essa recomendação seja realizada pelo COPED e o Conselho
222 Estadual de Educação, sugerindo que se mantenha uma política pública de formação continuada
223 aos(às) profissionais da educação e a criação de um canal próprio para o recebimento e
224 acompanhamento de denúncias. A Conselheira Ana informou sobre o funcionamento do Comitê
225 LGBT, também vinculado à Secretaria de Justiça, que está em funcionamento desde 2016, e
226 sugeriu que fosse realizado um diálogo também com ele, com relação a este encaminhamento.
227 Em conversas com a Maria Isabel, representante da SEED no Comitê LGBT, a Conselheira Ana
228 falou da importância em um ambiente saudável para que o bom desempenho possa alcançar
229 todos(as) os(as) alunos(as), ainda sobre a convidada, a Conselheira Ana, frisa que segundo
230 relatado pela Maria Isabel, existe um setor de direitos humanos que tem trabalhado com áreas
231 da pessoa com deficiência, sendo um setor que avança. Eles trabalham a questão de bullying,



COPEDH/PR

Conselho Permanente de
Direitos Humanos do Paraná

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

41

232 mas não trabalham especificamente áreas como preconceito racial, preconceito em razão de
233 orientação sexual e identidade de gênero – que muitas vezes ainda nem é orientação sexual e
234 identidade de gênero, são puramente questões de gênero, devido a comportamentos
235 “diferentes” do que em teoria deveriam se comportar. Finalizando sua fala, a Conselheira Ana
236 reforçou o encaminhamento sugerido pelo Conselheiro Marcel, que para realmente aconteça
237 esse diálogo com a Secretaria de Educação. (1:42:04): O convidado Thiago comentou sobre o
238 acompanhamento pela Ouvidoria da DPPR dos casos de denúncia relatados anteriormente. Em
239 contato com a Secretaria de Educação, foram informados sobre um formulário online para
240 preenchimento que, durante dois dias de tentativas de acesso, se encontrava offline. Portanto,
241 como não está existindo uma possibilidade de diálogo com a Secretaria e não existe um canal
242 para o recebimento, a Ouvidoria recomenda que as denúncias sejam realizadas diretamente ao
243 Ministério Público. Uma outra denúncia recebida, segundo relato do Thiago, está relacionada a
244 promoção de cultos nas escolas da litoral, que será também acompanhado. À partir desses
245 exemplos, afirmou que eles elucidam a necessidade de um fluxo de atendimentos na SEED,
246 pois a Ouvidoria da Secretaria não seria o caminho para denúncias, sendo assim, seria
247 necessário alguém específico para receber e acompanhar as denúncias, principalmente no
248 tocante a casos de violência. A Convidada Marise fez uma observação que atualmente, só é
249 possível realizar algum encaminhamento na SEED à partir das questões recebidas via Ouvidoria
250 e, a mesma, muitas vezes, se encontra offline, tornando o processo demorado e não efetivo.
251 Como sugestões de encaminhamentos, o convidado Thiago indicou que a SEED fosse oficiada
252 sobre essa questão. Sobre o novo protocolo da Lei nº 13.431, a ser aprovado pelo CEDCA
253 (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), sobre situações de violência a
254 criança e ao adolescente. Segundo relatado, existe a ausência da discussão sobre situações de
255 violência motivadas por preconceitos raciais, de identidade de gênero e orientação sexual. O
256 protocolo não toca nesse assunto em nenhum momento e haveria a necessidade de um
257 protocolo específico para esses casos. O convidado Thiago propôs como encaminhamento que
258 o CEDCA fosse oficiado para a inclusão deste ponto no protocolo e que algum Conselheiro(as)
259 do COPED possa participar da discussão ou realizar uma interlocução prévia com aquele
260 Conselho. O Conselheiro Diego informou que o COPED tem procurado articular diálogos sobre

42

43

44

45



261 as interfaces das pautas ligadas à temática LGBT e educação com a SEED, por exemplo.
262 Segundo ele, esses diálogos e encaminhamentos já deliberados deveriam ser retomados para
263 auxiliar nessa discussão, afinal, não foi obtido retorno sobre essas discussões. Diego se referia
264 a uma extensa lista de questionamentos levantados pelas entidades CRESS PR, CRP PR e
265 Parafuso Educomunicação, referendadas pelo Conselho, construídos para acompanhar e
266 diagnosticar alguns aspectos importantes no campo da Educação no Estado.. A convidada
267 Marise comentou que, apesar de alguns professores estarem preparados, muitos não estão.
268 Citando o caso de Uberaba, comentou que o mesmo não foi registrado como homo-transfobia,
269 pois, não foi entendido dessa forma. Segundo ela, essas questões deveriam ser discutidas na
270 escola, para que isso seja compreendido. Um outra questão levantada pela Marise, foi de um
271 caso que uma pedagoga ameaçou chamar os pais de uma aluna para contar para eles sobre
272 sua sexualidade. A convidada frisou que esse tipo de relação é impensável, tendo em vista que
273 trata-se da vida particular de cada um, portanto, a escola não deveria ter esse tipo de
274 abordagem. A convidada Isabela sugeriu para que Marise oficiasse o Mandato Goura,
275 solicitando para que eles realizassem um encaminhamento para a SEED, requerendo ações
276 voltadas às questões dos assuntos abordados anteriormente. O Conselheiro Anderson retomou
277 o encaminhamento sugerido pelo Convidado Thiago, acrescentando que o COPED, ao invés de
278 oficial, enviasse uma proposta elaborada por este Conselho. O Conselheiro Rafael frisou sobre
279 o erro jurídico e ético do registro da denúncia de violência como bullying, sendo que foi um caso
280 de LGBTfobia. Segundo o Conselheiro, o COPED deveria dialogar com a SEED para entender o
281 problema dessas denúncias. De acordo com ele, essas questões devem chegar até ao
282 Ministério Público para que possam averiguar. Junto ao COPED, esse diálogo deve entender
283 onde estão acontecendo os equívocos por parte da SEED nas problemáticas levantadas e tentar
284 auxiliá-la para uma melhor efetividade. Um dos pontos levantados pela convidada Marise como
285 problemática dessa situação, reside na ausência da formação continuada que foi abolida.
286 Finalizando sua fala, o Conselheiro Rafael pediu que fosse encaminhado para o Ministério
287 Público, através dele, os procedimentos administrativos em andamento nas escolas, oriundos
288 das más condutas com relação à população LGBT, para que, assim, possa ser averiguado. O
289 Vice-Presidente Clau relatou sobre dezesseis casos de suicídio ocorridos só neste ano, na



COPEDH/PR

Conselho Permanente de
Direitos Humanos do Paraná

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

51

290 categoria de professores, sendo quatro deles da população LGBT que vinham sofrendo pressão
291 dentro das escolas. Encerrado o ponto de pauta, o Vice-Presidente Clau comentou que a
292 continuidade dos debates acontecerão na reunião das Comissões. **7. Reiteração de ofício a**
293 **secretaria de Estado sobre os " congelamentos " Serp e retorno ao ambiente escolar:** A
294 Conselheira Rute reitera o assunto debatido em maio deste ano, o qual questionava a Secretaria
295 de Educação sobre o congelamento dos alunos do Serp (Sistema Educacional da Rede de
296 Proteção) — o que retira o aluno do sistema — e quais seriam as medidas para a retomada
297 deles ao ensino. A Conselheira Rute levantou uma problemática desta questão, pois, com a
298 retirada do aluno do sistema, o próprio Conselho Tutelar não tem como verificar quais alunos
299 evadiram da escola e não podem realizar um acompanhamento. Portanto, o congelamento
300 (retirada da lista de presença) mascara os reais dados de alunos evadidos da escola. A
301 Conselheira também falou sobre a possibilidade destas ações serem realizadas pelos próprios
302 diretores das escolas, como um modo de disfarçar os dados. Complementando a fala da
303 Conselheira, o Vice-Presidente Clau comentou sobre os problemas do projeto da Secretaria da
304 Educação, chamado Se Liga!, que visa aprovar alunos mesmo sem suas presenças, buscando
305 abonar as faltas ao longo do ano. Segundo o Vice-Presidente, essas medidas podem estar
306 alinhadas a uma política de resultados, puramente numérica. Como relatado, esse projeto foi
307 recusado pelas escolas. A Conselheira Rute mencionou sobre a necessidade de um apoio do
308 Ministério Público no acompanhamento destes alunos, além disso, também informou que as
309 cidades do interior enfrentam um problema maior neste acompanhamento, devido a falta de
310 estrutura. O Vice-Presidente Clau observou que este assunto também será debatido na reunião
311 das Comissões. **8. Discussão da Lei Estadual nº 15.075:** A Conselheira Rute abordou a não
312 execução da referida Lei Estadual, que fora aprovada em 2006, que visa estabelecer
313 atendimento psicopedagógico e social em todas as escolas da rede pública. Comentou também
314 que existe um projeto de lei no âmbito federal com o mesmo propósito, que está tramitando.
315 Conforme relatou, se faz mais do que necessário que a lei seja aplicada, tendo em vista o
316 aumento nos casos de automutilação de alunos, tentativas de suicídio, além de adolescentes
317 ultra-medicados. Também afirmou que o CAPS não tem estrutura para atender toda as
318 demandas. A Conselheira Jucimeri frisou a importância deste debate, pois é de suma

52

53

54

55



319 importância para o ensino e, independente de uma decisão nacional, a referida Lei Estadual
320 precisa ser aplicada. Conforme falou, seria interessante traçar um plano de execução desta lei,
321 como por exemplo estabelecendo uma escola piloto para aplicação para, posteriormente, ser
322 reproduzida nas demais escolas. Como sugestão de encaminhamento, a Conselheira observou
323 que a Secretaria de Educação poderia ser oficiada com um convite para uma audiência pública,
324 visando debater o assunto. Sugeriu também que o COPED poderia desenvolver um plano de
325 ação e apresentar à Secretaria de Educação. Um outro questionamento levantado pela
326 Conselheira Jucimeri foi com relação à Secretaria de Educação estar se omitindo sobre a lei
327 vigente, que define responsabilidades; a rede de atenção às vítimas foi formada? Quais as
328 políticas de prevenção a violência nas escolas? Restou deliberado a elaboração de proposta de
329 encaminhamento pela Comissão. **9. Apresentação do Programa Justiça Presente - CNJ:** O
330 Conselheiro Marcel apresentou a convidada Laís Gorski, que fará a apresentação do Programa.
331 Segundo o Conselheiro, o programa foi criado após o reconhecimento do STF sobre o Estado de
332 Coisas Inconstitucional. A convidada Laís, iniciou sua fala comentando sobre como o programa
333 busca um protagonismo do sistema judiciário no enfrentamento a esse Estado de Coisas
334 Inconstitucional do sistema prisional brasileiro, reconhecido pelo STF. O programa foi
335 implementado em 27 Estados, tendo como participante duas pessoas em cada Estado e com o
336 apoio dos GMF's. O programa possui quatro eixos de atuação, sendo os seguintes: Eixo 1: Porta
337 de entrada, alternativas penais; Eixo 2: Socioeducação; Eixo 3: Porta de saída do sistema
338 penitenciário; Eixo 4: Novas tecnologias no sistema criminal. Citando a fala da Conselheira
339 Jucimeri, Laís comentou sobre o eixo que trabalha porta de entrada, segundo ela, uma das
340 iniciativas é a aproximação de equipes interdisciplinares ao Tribunal, aproximando o sistema
341 judiciário com a rede de proteção social, comentou também sobre a transversalização de classe,
342 raça e gênero, em todas as iniciativas do programa. Conforme a apresentação dos eixos, o
343 programa acompanha todo o processo prisional. Laís relatou sobre a inclusão da equipe
344 multidisciplinar na audiência de custódia, sendo assim, todas as pessoas que são conduzidas
345 para a audiência são atendidas por um serviço de psicologia e serviço social. A ideia é que o
346 relato deste atendimento chegue até ao juiz a tempo de sua decisão. A Conselheira Ana
347 recomendou para a convidada Laís que realizasse um diálogo com a Conselheira Karollyne, que



61

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

348 é representante do Transgrupo Marcela Prado, e tem uma atuação mais direta nos assuntos
349 tocantes ao sistema prisional. Laís e Karollyne comentaram que esse diálogo já está
350 acontecendo, inclusive, já tendo sido realizadas visitas em conjunto. Como relatado pela
351 Conselheira Karollyne, ela tem atuado mais diretamente no eixo 3. O Conselheiro Leonildo
352 mencionou que, muitas vezes, durante a audiência de custódia, o juiz não tem conhecimento de
353 que o acusado é uma pessoa em situação de rua. Também frisou sobre as poucas vagas de
354 acolhimento para essa população (600 vagas), enquanto existem mais de cinco mil pessoas em
355 situação de rua em Curitiba, à partir disso, muitas vezes, como essa população não tem
356 residência, não permitem a possibilidade de soltura portando a tornozeleira eletrônica. O
357 Conselheiro Leonildo sugeriu para a convidada Laís que levasse essas demandas ao programa,
358 da população em situação de rua, afinal, o perfil dessa população precisa ser conhecido pelo
359 sistema. Segundo a convidada Laís, a resolução da tornozeleira eletrônica está sendo refeita.
360 Quanto à população, segundo ela, a maioria dos detidos são presos realmente por pequenos
361 delitos (para sobrevivência), como o Conselheiro Leonildo havia comentado e, à partir disto, o
362 programa tem tentado no primeiro eixo (porta de entrada) com que o acusado não entre no
363 sistema prisional, afinal, muitos casos são oriundos da própria omissão do Estado quanto a
364 políticas públicas para essa população. O Conselheiro Diego fez um questionamento com
365 relação às políticas que atendam os direitos de adolescentes em cumprimento de diferentes
366 medidas de socioeducação, seja em liberdade, em semi liberdade ou de privação de liberdade,
367 perguntou sobre a possibilidade de um diálogo entre o COPED e o Programa ou ainda entre o
368 COPED e o CNJ sobre essa questão. O Conselheiro Nelson comentou que esse assunto se
369 enquadra no eixo socioeducativo e que pode haver um diálogo entre conselho e o programa.
370 (2:52 a 2:55). Ao fim do ponto de pauta, foi dialogado que o próximo ponto (Falta de programas
371 de moradias para famílias de baixa renda), será discutido em futura reunião, pois o Conselheiro
372 Aurélio, que indicou este ponto, havia feito um recorte para esta discussão e o mesmo já havia
373 se retirado da reunião. Tendo em vista a importância dessa discussão, assim ficou acordado. **10.**
374 **Reunião descentralizada:** Com relação à reunião centralizada em Sarandi em Dezembro, o
375 Vice-Presidente Clau, o Conselheiro José Wilson e a Conselheira Rute se mostraram contrários
376 a sua execução em Dezembro. Complementando, o Conselheiro Diego comentou que essa

62
63
64
65



377 reunião pode acontecer posteriormente, porém, propõe e defende que a mesma deva acontecer
378 no município de Sarandi (localizada na região de Maringá). **11. possível atentado à**
379 **democracia realizado pelo deputado Eduardo Bolsonaro:** O Conselheiro Anderson relatou
380 sobre as declarações do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro com relação ao retorno do AI-5.
381 Segundo o Conselheiro, o deputado viola a Lei de Segurança Nacional 7.170/83, no artigo Art.
382 22 (Fazer, em público, propaganda), inciso I (de processos violentos ou ilegais para alteração da
383 ordem política ou social), assim, sugeriu que fosse realizado um encaminhamento ao MPF e à
384 Câmara dos Deputados, pedindo a representação contra este deputado. A deliberação foi aceita
385 pelo Conselho, e a redação ficou a cargo do Conselheiro Anderson. **12. Mês da Consciência**
386 **Negra:** O convidado Thiago iniciou o debate da pauta sobre a consciência negra, falando sobre
387 a sobre a política de cotas nas Universidades Estaduais, sugerindo que fosse encaminhado a
388 um ofício para todas elas, realizando alguns questionamentos: quais universidades possuem a
389 política de cotas? atendem programas de pós-graduação? quantas vagas foram ofertadas desde
390 sua implementação? quantos alunos ingressaram através desta política? quantos alunos se
391 formaram dentro desta política? qual o percentual em cada universidade? O convidado frisou a
392 importância deste mapeamento e monitoramento. Continuando sua fala, mencionou sobre a data
393 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), sugerindo que todos os municípios fossem
394 oficiados pelo Conselho, recomendando e sugerindo ações neste dia, para que seja uma data
395 reconhecida tanto no âmbito estadual, como no municipal. Com relação a implementação da lei
396 10.639, o COPED pode questionar junto à SEED sobre sua situação. O Vice-presidente Clau
397 concordou com a sugestão e, mesmo supondo que o CONSEPIR faça esse questionamento,
398 seria importante que o COPED também inquire. Após essa fala, o Vice-Presidente Clau
399 passou a fala para o Conselheiro Diego, que falaria sobre um ponto de pauta separadamente
400 (Ações de comunicação), inserindo este ponto na mesma discussão. O Conselheiro Diego
401 mencionou que o GT de Comunicação está construindo alguns materiais que serão publicados
402 neste mês de novembro e que irão circular nas redes sociais do COPED. A ideia é que, na
403 semana da consciência negra, as publicações dessem voz a paranaenses que lutem por pautas
404 sobre a consciência negra, como por exemplo o próprio Conselheiro Leonildo. Além disto, serão
405 veiculadas publicações realizadas pela própria SEJUF que possuem interlocução com a pauta



Conselho Permanente de
Direitos Humanos do Paraná

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

71

406 da igualdade racial. Com relação à agenda de eventos, o Conselheiro Marcel sugeriu que fosse
407 realizado um contato com Saul, Presidente do CONSEPIR, para apoiar nos eventos do mês da
408 consciência negra. A Conselheira Ana relatou que os eventos a serem realizados pelo Consepir
409 serão em conjunto com a Secretaria de Cultura, nos dias 23 e 24 de novembro acontecerão
410 feiras de afro-empendedorismo em municípios do Estado do Paraná que possuem Conselhos
411 de Igualdade Racial. Quanto ao envio dos ofícios do COPED, sugerido pelos Conselheiros(as)
412 ao longo desta pauta, a Conselheira Ana sugeriu que eles fossem assinados em conjunto com o
413 CONSEPIR. Além disso, a Conselheira Ana afirmou que o CONSEPIR está desenvolvendo um
414 novo Estatuto da Igualdade Racial que prevê a questão das cotas em todas as universidades
415 estaduais. Sobre as publicações desenvolvidas pelo Conselheiro Diego, a Conselheira Ana
416 (03:19:00) sugeriu que fossem desenvolvidas algumas publicações: alguma fala da Heliana
417 Hemetério, uma mulher negra e lésbica; em conjunto com as da SEJUF, uma publicação sobre a
418 criação de Conselhos Municipais de Igualdade Racial; Alguma fala da Yagu Nan envolvendo a
419 questão da intolerância religiosa; sobre a questão da deficiência, alguma fala de Beatriz Golin,
420 uma jovem negra, do grupo Islã Resistência Surda; Além destas questões, seria interessante
421 indicações de filmes e uma publicação explicando a existência do CONSEPIR. O convidado
422 Thiago apresentou uma proposta para o Conselho, pois, em 16 de novembro, das 16 às 18
423 horas, acontecerá uma reunião ampliada com os movimentos negros, apurando pautas para o
424 ano de 2020, assim, juntamente com a Defensoria Pública, DPU e CONSEPIR, o COPED
425 poderia participar em conjunto desta reunião. Uma outra sugestão do convidado Thiago quanto a
426 questão das publicações, seriam falas de pessoas do interior do Estado, como por exemplo a
427 Mãe Marina de Ogum, presidente do Conselho Municipal de Igualdade Racial de Foz do Iguaçu,
428 e Mãe Néia de Cornélio Procópio. O Conselheiro Diego pontuou sobre a possibilidade de outros
429 Conselheiros e Conselheiras ajudarem no desenvolvimento de novos cards, utilizando o mesmo
430 software (InDesign), e que ele pode disponibilizar os arquivos abertos com as peças já
431 produzidas, ajudando a manter uma identidade visual similar. O conselheiro Marcel sugeriu
432 produzir cards através do Power Point e compartilhá-los com os(as) conselheiros(as) de modo a
433 facilitar o processo de produção desses materiais. A convidada Isabela irá participar das
434 discussões e verificar a possibilidade de apoio nestes materiais no GT de Comunicação do

72
73
74
75



435 Conselho. **13. Eleição Conselheiros(as) Tutelares:** O Vice-Presidente Clau iniciou a discussão
436 do ponto de pauta, informando que seria prudente que o Conselho possa entender o que
437 ocorreu nesta eleição e no seu cancelamento. Ocorrerá uma nova eleição em 10 de novembro,
438 que, segundo o Vice-Presidente, está sendo realizado de modo truculento, afinal, muitos
439 Conselheiros e Conselheiras foram eleitos democraticamente e, devido ao grande esforço da
440 população em eleger os representantes de suas comunidades, esta anulação, como o Vice-
441 Presidente Clau informou, está caçando tais mandatos. O Convidado Thiago relatou que o
442 processo eleitoral foi confuso desde o início e fora impugnado pela Defensoria, devido a
443 restrições no edital, como por exemplo o excesso de documentos para comprovar residência, o
444 que já inviabilizava candidatos de ocupações e assentamentos. Como frisado pelo Convidado
445 Thiago, se não existiu um processo enviesado, no mínimo é de grande desorganização. E, até o
446 momento, ninguém respondeu por estas falhas de organização do processo eleitoral. Sendo
447 confuso até o próprio processo de cancelamento, afinal, o resultado foi divulgado e
448 posteriormente anulado. O convidado Thiago frisa que os erros precisam ser apontados e
449 divulgados por parte da sua organização. O Conselheiro Anderson reiterou a fala do convidado
450 Thiago, afirmando sobre organização das eleições que é realizada pelo Comtiba e não é
451 realizada pelo TRE; o TRE apenas empresta as urnas. Uma preocupação levantada pelo
452 Conselheiro Anderson, se dá num posicionamento do COPED contra outro Conselho. Sobre a
453 eleição em si, o Conselheiro Anderson frisou que a OAB ainda não se posicionou. O Conselheiro
454 Anderson informou que apresentaram uma questão a ele pontuada pelo Conselho Tutelar, o
455 qual precisava seguir o processo de cassação mesmo com a anulação da eleição, pois, existe
456 crime eleitoral. O Conselheiro pontuou que não existe crime, pois não há lei que preveja isso.
457 Um outro ponto é que existiu anulação de urnas regionais, devido a ausência de fotos de alguns
458 candidatos e, alguns destes, tinham dois ou três votos, o que não impactaria na eleição.
459 Finalizando sua fala, o Conselheiro Anderson comenta que uma posição contra o Comtiba seria
460 contraproduziva, até por uma possível segregação; numa futura eleição, algo pertinente seria
461 prestar apoio à organização. O Conselheiro José Wilson concordou com a fala do Conselheiro
462 Anderson e, como foi coordenador da eleição em Londrina, acrescentou que uma dificuldade foi
463 criada pela portaria 298 do TRE: cada seção foi limitada a cinco mil eleitores, fazendo com que



81

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

464 Londrina tivesse 73 locais de votação. Uma das reclamações, segundo o Conselheiro José
465 Wilson, foi justamente o grande deslocamento que muitos tiveram que realizar para participar da
466 votação. Uma sugestão do Conselheiro Anderson, seria a criação de um coletivo com vários
467 Conselhos para auxiliar numa futura eleição. A Conselheira Rute comentou que foi uma eleição
468 atípica e de combate aos candidatos progressistas. Segundo a Conselheira, seria preciso anular
469 a eleição inteira e não o cancelamento pontual de algumas regiões, não cabendo ao COPED
470 esse questionamento, mas ao Ministério Público e à OAB, por exemplo. O Conselheiro Anderson
471 comentou que seriam anuladas dez regionais. Como proposta de encaminhamento, o
472 Conselheiro Marcel sugeriu que o COPED dialogasse com o CEDCA para verificar como eles
473 estão acompanhando as eleições. O Conselheiro Anderson frisou que não existe relação
474 hierárquica entre CEDCA, CNDCA e Conanda, portanto, decisões realizadas pelo CEDCA não
475 influenciariam os demais, o Conselho só pode prestar sugestões. O Vice-Presidente Clau
476 comentou que diversos candidatos foram cassados e o Ministério Público não acatou a decisão
477 do Comtiba. A Conselheira Rute sinalizou um ponto de pauta para a próxima reunião, que seria
478 relacionado à saúde mental dos Conselheiros Tutelares do Estado do Paraná. A Conselheira
479 fará um convite para que os representantes das regionais participem da reunião. Se não for
480 possível a presença deles, a Conselheira trará documentos sobre a questão. A Conselheira
481 Jucimeri justificou sua ausência no período da tarde devido a outros compromissos com a
482 agenda dos direitos humanos. Cumprimentando os presentes, o Vice-Presidente Clau encerrou
483 a reunião. A presente ata foi lavrada por Matheus Petris e revisada pela servidora Ana Zaiczuk
484 Raggio.

82
83
84
85